



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE JUNHO DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA 28 DE JUNHO DE 2018

Pelas vinte horas e quarenta e cinco minutos do vigésimo oitavo dia do mês de junho do ano de dois mil e dezoito, reuniu a Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica, em sessão ordinária, nas instalações da Junta de Freguesia, sitas na Rua António Saúde, 13, em Lisboa. -----

Estiveram presentes: -----

PS – PARTIDO SOCIALISTA -----

Luís Filipe Gomes Ferreira -----

Óscar Bruno Coelho Antunes -----

Deldina Filomena Fontes Barroso -----

Daniel Alexandre Brás Magalhães Nunes -----

Isabel Maria Dionísio da Silva Mendes -----

João António Pereira Calheiros -----

Emanuel dos Santos Loureiro Cardoso -----

Ana Paula da Conceição Barbosa -----

Sebastião José Gonçalves Carqueja -----

PPD/PSD – PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA -----

Luís Filipe da Costa Vieira da Silva -----

Ana Sofia de Oliveira Branco -----

Pedro Afonso de Albuquerque Amaral e Almeida -----

Miguel Alexandre Ayres de Mendonça Cardoso Matias -----

Ana Maria da Mota Monteiro -----

CDS-PP.MPT.PPM – NOSSA LISBOA -----

Ana Isabel Zenha Leite Tavares -----

Luís Carlos Vaz Ribeiro -----

Anabela Gonçalves Lucas -----

PCP-PEV – CDU – COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA -----

Maria da Graça Baptista Guedes -----

BE – BLOCO DE ESQUERDA -----

Ana Sofia Mealha Afonso Cortes -----

Pedidos de substituição: -----

PS – PARTIDO SOCIALISTA -----

Amílcar Francisco Albuquerque dos Santos -----



PPD/PSD – PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA-----

Rui Alexandre Leal dos Santos Leitão Marques -----

CDS-PP.MPT.PPM – NOSSA LISBOA -----

Nuno Ricardo Araújo de Brito -----

Luís Filipe da Silva Neto -----

Alexandra do Almurtão Coelho Lourenço Joia -----

PCP-PEV – CDU – COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA -----

Helena Maria Caetano da Silva Damas Barros -----

O **Presidente da Mesa** da Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica, Pedro Amaral e Almeida, passados que foram os quinze minutos de tolerância do regimento, deu início à sessão, cumprimentando todos os presentes, e passando a ler a ordem de trabalhos que foi afixada por Edital: -----

Ponto 1. Período aberto ao público; -----

Ponto 2. Período de antes da ordem do dia, que inclui discussão e deliberação sobre atas de sessões anteriores; -----

Ponto 3. Discussão e deliberação sobre o 1.º Aditamento ao Contrato de Comodato de Entrega de Imóveis Municipais – Rua Lúcio de Azevedo, 12-A; -----

Ponto 4. Discussão e deliberação sobre o contrato de delegação de competências do Município de Lisboa na Freguesia de São Domingos de Benfica, no âmbito do Fundo de Emergência Social de Lisboa – Agregados Familiares; -----

Ponto 5. Informação escrita do Presidente da Junta relativa ao 1.º trimestre de 2018; -

Ponto 6. Apreciação e discussão do Relatório de Avaliação do Estatuto do Direito de Oposição, relativo ao exercício de 2017. -----

1. Período aberto ao público -----

O **Presidente da Mesa** abriu as inscrições para o presente período de intervenção do público, tendo-se registado três pedidos: de Carlos Batista, Rita Rodrigues e Acácio Migas. -----

Foi dada a palavra ao munícipe **Carlos Batista**, que introduziu a sua intervenção deixando uma palavra de louvor a todos aqueles que se empenharam pelo sucesso das Marchas Populares de Lisboa, evento de vital importância para divulgar a Freguesia de São Domingos de Benfica. Em relação à higiene urbana, apelou a que a Junta de Freguesia possa exercer pressão junto da Câmara Municipal de Lisboa para colocação de mais cubas térreas na freguesia. Chamou a atenção para o vidrão situado na Travessa Carlos Paggi, constantemente cheio, declarando ser função da Junta de Freguesia pelo menos fazer a devida comunicação à Câmara Municipal para que o vidro seja regularmente recolhido. Apesar de estar finalmente a ser recolhida a roupa usada depositada nos contentores distribuídos para o efeito, referiu não haver



Handwritten signature or initials in the top right corner.

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

qualquer mais valia para a população desta medida. Deixou uma nota para o encerramento do posto de rastreio clínico sito na Estrada da Luz, o qual, na sua opinião, foi mal projetado desde o início, sem condições para servir condignamente a população. Em seguida, alertou para o estado degradado em que se encontram vários passeios na freguesia, os quais carecem de atenção urgente e uma intervenção de fundo, devendo a Junta de Freguesia diligenciar junto da Câmara Municipal nesse sentido. Sobre a entrada da EMEL na Freguesia de São Domingos de Benfica, afirmou ser desde já possível aferir que se confirmam as suas suspeitas iniciais, relativamente ao número insuficiente de lugares de estacionamento para moradores. Consequentemente, assinalou o contrassenso evidente no pagamento de um serviço que não garante um retorno garantido para os cidadãos. Por fim, e com o objetivo de promover uma maior participação da população nas sessões da Assembleia de Freguesia, sugeriu que os pontos da ordem de trabalhos sejam divulgados em edital aquando da convocatória. -----

O **Presidente da Mesa**, respondendo à interpelação do munícipe, esclareceu que os pontos da ordem de trabalhos têm sido divulgados junto da população, à exceção desta sessão, visto que os pontos não foram atempadamente comunicados por parte do Executivo da Junta de Freguesia, até ao final do prazo limite para a convocatória da Assembleia de Freguesia. Assinalou, porém, que a Lei não obriga a que os pontos da ordem de trabalhos sejam pública e antecipadamente divulgados, visto que os eleitos têm um prazo estabelecido para aditar pontos à ordem de trabalhos. Argumentou que provavelmente a ordem de trabalhos definitiva não foi posteriormente publicada em edital por um qualquer lapso dos serviços – embora reiterando não haver nenhuma obrigatoriedade legal nesse sentido. -----

Toma a palavra a munícipe **Rita Rodrigues**, que se apresentando como Presidente da Associação de Pais da Escola António Nobre, fez um balanço positivo do trabalho efetuado pelo Departamento de Educação junto deste estabelecimento escolar e em articulação com a Associação de Pais. Abordou a inexistência de um espaço físico na Escola António Nobre para a Componente de Apoio à Família, situação que se torna mais gravosa no período de inverno, quando os espaços exteriores não podem ser utilizados. Não raro são utilizadas as salas adstritas ao jardim de infância, com claros constrangimentos, visto que os equipamentos da CAF têm de ser montados e desmontados em base diária. Em alternativa, é utilizado um corredor para as atividades com as crianças, solução que não confere qualquer dignidade a estas, além de condicionar sobremaneira a passagem dos alunos pelo local. Face ao exposto, apresentou uma proposta à Junta de Freguesia, visando a requalificação e adaptação de instalações situadas no perímetro escolar e atualmente desocupadas, perto de um



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

local onde as crianças da CAF criaram recentemente uma horta, para que as mesmas pudessem ser utilizadas para as atividades de expressão plástica, dramática e musical. Apelou à melhor atenção do Executivo para esta situação, para tão cedo quanto possível – de preferência já no próximo ano letivo – as crianças da CAF poderem desenvolver as suas atividades em condições mais adequadas. -----

Toma a palavra o munícipe **Acácio Migas**, que começou por lamentar o atraso verificado no início dos trabalhos da presente sessão da Assembleia de Freguesia, o que configura um grave desrespeito para com os munícipes presentes. Seguidamente, congratulou-se com a resolução do diferendo que opunha a Junta de Freguesia a uma funcionária, recentemente admitida num estabelecimento escolar. Apontou o lamentável desperdício de verbas do erário público que fica evidente no desaproveitamento do antigo edifício sede da Junta de Freguesia, para onde estava prevista a instalação de uma esquadra policial, sem que até à data se tenha concretizado. Concluiu a sua intervenção assinalando o facto de o Presidente da Assembleia de Freguesia, na última sessão, ter chamado as forças da PSP, declarando que nunca se deixará condicionar na sua intervenção cívica por tais medidas intimidatórias. -----

Findas as intervenções do público, o **Presidente da Mesa** passou a palavra ao Executivo, para resposta às questões colocadas. -----

Tomou a palavra **Cristina Parente**, Vogal da Junta de Freguesia, que sublinhando o empenho do Executivo da Junta de Freguesia em solucionar o problema da falta de instalações adequadas para as atividades da Componente de Apoio à Família, fez notar que infelizmente tal solução não depende apenas da Junta de Freguesia. -----

Tomou a palavra **Mário Rui Santos**, Vogal da Junta de Freguesia, que continuando sobre esta temática, explicou ter sido efetuada uma avaliação ao referido edifício, cujo estado da estrutura obriga a intervenções mais profundas, pelo que está a ser elaborado um projeto que posteriormente será remetido à Câmara Municipal de Lisboa, visto não ser uma intervenção que a Junta de Freguesia possa assegurar a expensas próprias. Indicou que atendendo à natural tramitação do processo, não será expectável que as instalações estejam prontas para serem utilizadas no início do próximo ano letivo. Em relação à higiene urbana, declarou que todas as deficiências detetadas ou situações reportadas pelos cidadãos são imediatamente reencaminhadas para a Câmara Municipal de Lisboa, não sendo raro os serviços da Junta de Freguesia assegurarem as intervenções necessárias, embora não sendo da sua competência direta, com prejuízo de outros serviços que a Junta de Freguesia poderia realizar com recurso aos seus meios próprios. -----



Tomou a palavra **João Dias**, Vogal da Junta de Freguesia, que deu conta do trabalho inglório que é realizado pela Junta de Freguesia na requalificação dos passeios, que rapidamente ficam danificados com o estacionamento indevido de viaturas. Assegurou, no entanto, que será solicitada uma nova reparação aos serviços camarários, sendo a Câmara Municipal responsável por intervenções mais profundas no espaço público. Expressou a sua preocupação com a eventual solução implementada, que poderá passar pelo estreitamento do passeio, sob pena de o estacionamento estrangular a passagem de veículos, impedindo a circulação de veículos de socorro. -----

2. Período de antes da ordem do dia, que inclui discussão e deliberação sobre atas de sessões anteriores. -----

Introduzindo este ponto, o **Presidente da Mesa** começou por justificar o não agendamento de uma sessão extraordinária para discutir os assuntos referentes à atualização do Regimento da Assembleia de Freguesia, conforme acordado, assunto que será abordado convenientemente após o período de férias. Falou também sobre as diligências efetuadas junto do Executivo no sentido da realização das Assembleias de Freguesia num outro local que proporcione melhores condições de trabalho aos seus membros. Relativamente às atas, explicou que por lapso não foram enviadas pelos serviços todas as atas anteriores não aprovadas, mas apenas a referente à sessão de 30 de abril e à sua continuação no dia 16 de maio, pelo que apenas estas estarão sujeitas a apreciação e deliberação neste ponto. -----

Aberta a discussão sobre as atas das sessões anteriores, toma a palavra **Miguel Matias**, do PSD, que reiterou que as atas não refletem com exatidão as intervenções dos membros da Assembleia de Freguesia. Fez questão que fosse incluída na ata da sessão de 16 de maio a declaração *ipsis verbis* proferida pelo eleito **Nuno Brito**, ilustrativa da postura que o CDS-PP tem adotado, conforme se transcreve: *“Qualquer Partido se faz à vida e tem que conquistar eleitorado, não há aqui virgens ofendidas. Disso, não tenham a menor dúvida, eu estou aqui com esse objetivo. Mas, com um pormenor, eu não sou preconceituoso. Eu aqui mamó à esquerda e à direita, é o que eu apanhar. Não sou preconceituoso.”* -----

Toma a palavra **Luís Ribeiro**, do CDS-PP, que questionou se a reprodução em áudio das declarações anteriormente transcritas foi devidamente autorizada pelo seu autor, ou se foi solicitada aos serviços da Junta de Freguesia cópia da gravação da sessão em que estas foram proferidas. Lamentou que as declarações do eleito do CDS-PP tenham sido descontextualizadas, lembrando que este inclusivamente se retratou por alguns excessos cometidos no calor da discussão política. -----



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

Handwritten signature and initials in the top right corner.

Toma a palavra **Miguel Matias**, do PSD, que declarando sentir-se até ofendido pelas questões suscitadas pelo eleito do CDS-PP, esclareceu que certamente não procedeu à gravação das intervenções na Assembleia de Freguesia através de meios próprios, tendo simplesmente solicitado aos serviços cópia da gravação, de acordo com o direito que lhe assiste. Acrescentou não estar em causa o facto de o eleito se ter retratado das suas declarações, mas o quão ilustrativas são tais palavras da postura e carácter do CDS-PP. Nesse sentido, reiterou absoluta responsabilidade pelas declarações por si proferidas, bem como pela sua Bancada, que tem frieza e inteligência para filtrar o conteúdo das suas intervenções. -----

Neste momento, o **Presidente da Mesa** informou que o Presidente da Junta de Freguesia, por motivos familiares, terá que se ausentar, sendo substituído na presente sessão pelo Vogal Francisco Encarnação. -----

Toma a palavra **Luís Ribeiro**, do CDS-PP, que informou que na próxima sessão da Assembleia o eleito Nuno Brito irá pronunciar-se acerca das suas declarações ora reproduzidas, visto não ser na presente sessão um elemento participativo. Por outro lado, não deixou de lamentar os comentários depreciativos e generalizados sobre a postura da Bancada do CDS-PP. -----

Toma a palavra **Miguel Matias**, do PSD, que indicou que a Assembleia continua a aguardar resposta ao pedido de esclarecimento efetuado pelo Presidente da Mesa, no sentido de aferir se um elemento da Assembleia que solicita substituição alegando motivos profissionais pode estar presente na sala durante a sessão. Acrescentou que mais caricata se torna esta situação se levado em conta que o eleito em questão já acusou um dos Partidos representados na Assembleia de agir como mera marioneta política. Aludindo à intervenção anterior, fez notar que as declarações reproduzidas não foram proferidas por um qualquer elemento da Bancada do CDS-PP, mas sim pelo cabeça de lista. -----

Não havendo mais intervenções, foi colocada à consideração do plenário a ata da primeira reunião da sessão ordinária da Assembleia de Freguesia, realizada a 30 de abril de 2018, sendo a mesma aprovada por unanimidade. -----

Antes de submeter à votação a ata da segunda reunião da sessão ordinária da Assembleia de Freguesia, realizada a 16 de maio de 2018, o **Presidente da Mesa** colocou à consideração do plenário a alteração proposta pela Bancada do PSD, a qual foi aceite por maioria, com os votos favoráveis do PS, PSD, CDS-PP, e as abstenções do PCP, BE e um elemento da Bancada do PS. -----

Colocada à consideração do plenário a ata da segunda reunião da sessão ordinária da Assembleia de Freguesia, realizada a 16 de maio de 2018, com a alteração introduzida, foi a mesma aprovada por maioria, com as abstenções de **Ana Barbosa**



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

(PS) e de **Maria da Graça Guedes** (PCP), que apresentaram declarações de voto justificando a sua abstenção com o facto de não terem estado presentes na sessão da Assembleia a que a ata reporta. -----

Abertas as inscrições para intervenção neste período, toma a palavra **Ana Cortes**, do Bloco de Esquerda, que apresentou os documentos submetidos pela Bancada do Bloco de Esquerda à Mesa da Assembleia de Freguesia, e que se encontram discriminados na fase da respetiva votação. Estes documentos encontram-se anexados à presente Ata. -----

Toma a palavra **Luís Ribeiro**, do CDS-PP, que começou por referir que a sua Bancada se irá abster relativamente ao voto de pesar pelas vítimas mortais na Faixa de Gaza, por considerar que não existem lados inocentes nesta disputa e que estas questões internacionais devem ser discutidas em sede própria, e não numa Assembleia de Freguesia. Continuando a sua análise dos documentos apresentados, manifestou a sua surpresa pela defesa do direito à greve, face às reconhecidas carências nos serviços de saúde. Acrescentou ser um problema que não se resolve com o mero recurso à greve, estando na base as questões relacionadas com a formação de médicos e as especialidades escolhidas. Por outro lado, argumentou que a jornada de trabalho de doze horas é uma prática comum no meio. Sobre o Dia Internacional Contra a Homofobia e Transfobia, declarou que o CDS-PP irá abster-se, por considerar uma vez mais não ser a Assembleia de Freguesia o fórum indicado para defender estas causas, considerando igualmente excessivo e algo discriminatório o hastear de bandeiras proposto. Por fim, embora sendo favorável à questão em torno da atribuição de médicos de família no SNS, declarou que esta é complexa e deve ser trabalhada a montante, na formação dos médicos e aquando da escolha das especialidades a que se dedicam, sendo normalmente a saúde pública uma das últimas escolhas. -----

Toma a palavra **Luís Vieira da Silva**, do PSD, secundou a opinião do elemento do CDS-PP em relação às vítimas da Faixa de Gaza, alegando não competir a este órgão autárquico pronunciar-se sobre questões internacionais, e muito menos para defender apenas uma das partes, postura que não expressa efetivamente a defesa pelo valor da vida humana. Em relação ao SNS e atribuição de médicos de família, sendo o Bloco de Esquerda um dos Partidos que sustenta o atual Governo, declarou ser esta uma discussão que deve ser realizada na Assembleia da República sendo este um problema mais complexo do que aquilo que o documento deixa transparecer. Uma vez mais declarou que não cabe a uma Junta ou Assembleia de Freguesia pronunciar-se sobre questões salariais ou considerações acerca do anterior Governo PSD/CDS-PP,



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

o mesmo se aplicando às questões relacionadas com a homofobia e transfobia, assunto altamente sensível e delicado na sociedade. -----

Toma a palavra **Ana Tavares**, do CDS-PP, que solicitou que ficasse registado em ata que todos os intervenientes na Assembleia merecem respeito e que as suas intervenções sejam escutadas em silêncio, manifestando o seu desagrado pelos comentários cruzados que não raro dimanam da mesa do Executivo. Sobre os documentos relativos ao Serviço Nacional de Saúde, esclareceu que a atribuição de um médico de família a um recém-nascido é automática. Por fim, requereu uma verificação adicional aos números avançados, os quais alegadamente dão conta de que de trezentos e cinquenta médicos que todos os anos terminam o seu curso, apenas cerca de cento e dez vão para Centros de Saúde. -----

Toma a palavra **Miguel Matias**, do PSD, que apontou aquilo que aparenta ser uma grave incoerência no cômputo geral dos documentos apresentados, visto que se defende a não discriminação por uma escolha sexual, enquanto a moção referente à Faixa de Gaza deixa antever uma certa discriminação étnica, uma vez que apenas alude a um dos lados do conflito. Nesse sentido, concluiu que os documentos em apreço falham na defesa coerente contra qualquer tipo de discriminação. -----

Toma a palavra **Luís Ribeiro**, do CDS-PP, que a propósito da questão do SNS e das considerações acerca do Governo PSD/CDS-PP, recordou que as convenções do Serviço Nacional de Saúde estão bloqueadas desde 1997, o que significa que não foram concedidas a privados convenções de exames complementares de diagnóstico nem de qualquer outra prestação de serviços. Repudiou as declarações segundo as quais o SNS foi votado ao abandono, explicando que, naturalmente, estando o país a passar por uma situação delicada em termos financeiros, o Governo de então teve de proceder a alguns cortes e adiar alguns investimentos previstos. -----

Toma a palavra **Luís Vieira da Silva**, do PSD, que solicitou uma breve interrupção dos trabalhos para conferenciar acerca das propostas, as quais foram tardiamente entregues. -----

Sendo um direito que regimentalmente assiste às Bancadas, o **Presidente da Mesa** suspendeu os trabalhos da Assembleia por cinco minutos. -----

Retomando os trabalhos, o **Presidente da Mesa** passou de imediato à votação dos cinco documentos apresentados neste ponto da ordem de trabalhos, cujos resultados são seguidamente discriminados. -----

1- Voto de Pesar “António Loja Neves” (BE), aprovado por maioria (*votos favoráveis do PS, CDS-PP, CDU e BE, e abstenções do PSD*). 2- Voto de Pesar “Pelas vítimas do massacre na Faixa de Gaza, no dia 14 de maio” (BE), rejeitado (*votos favoráveis da CDU e BE, votos contra do PSD e um elemento do PS, e abstenções do PS e CDS-*



Handwritten signature

PP). 3- Voto de Saudação “Quem defende o SNS deve apoiar a greve dos médicos” (BE), rejeitado (*votos favoráveis da CDU e BE, votos contra do PSD e CDS-PP, e abstenções do PS*). 4- Voto de Saudação “Dia Internacional contra a Homofobia e Transfobia” (BE), aprovado por maioria (*votos favoráveis da CDU, BE e um elemento do CDS-PP, votos contra do CDS-PP, e abstenções do PS e PSD. Não participou da votação o membro da Assembleia Luís Vieira da Silva, do PSD*). 5- Moção “Pela atribuição de médicos de família aos utentes do Serviço Nacional de Saúde” (BE), aprovada por maioria (*votos favoráveis do CDS-PP, CDU e BE, e abstenções do PS e PSD*). -----

Continuando no período de antes da ordem do dia, tomou a palavra **Maria da Graça Guedes**, da CDU, que apresentou um breve relato sobre uma visita efetuada ao Bairro Grandella, em que foram confrontados pelos moradores com duas situações que carecem de atenção urgente, relacionadas com o acúmulo de lixo e com uma praga de ratos que está a assolar o bairro. Solicitou ao Executivo para que possa agendar uma visita ao bairro para articular com os moradores a melhor forma de resolver estes problemas. -----

Toma a palavra **Ana Cortes**, do Bloco de Esquerda, que abordando a questão do PREVPAP, perguntou se os cinquenta e quatro postos de trabalho referenciados na área da educação, com contrato a termo certo, configuram o exercício de funções permanentes, visto tratar-se de competências delegadas por protocolo. Sobre os vinte e um postos de trabalho que não correspondem a necessidades permanentes ou não exerceram funções entre 1 de janeiro e 4 de maio de 2017, questionou quais as funções a que se reportam e se se prevê a abertura de um novo procedimento concursal para integração destes vinte e um colaboradores no quadro de pessoal da Junta de Freguesia. Por fim, solicitou um ponto de situação relativamente à reabilitação do parque infantil à responsabilidade da Academia dos Miúdos, que assumiu os encargos da obra, mediante o compromisso de a Junta de Freguesia efetuar a vistoria final. -----

Toma a palavra **Miguel Matias**, do PSD, que lembrou ter requerido, na última sessão da Assembleia de Freguesia, cópia do contrato celebrado com a EMEL para cedência de um terreno para parque de estacionamento junto ao Hospital Lusíadas, não tendo ainda tido acesso ao documento. Em relação à Casa da Cidadania, e estando a findar o prazo para apresentação de candidaturas, indagou se já existe uma perceção de quantas candidaturas foram rececionadas e quantas têm reais condições para ser aprovadas e implementadas no local. Questionou ainda quais os motivos e benefícios concretos da prorrogação do prazo para apresentação de candidaturas. -----

Toma a palavra **Luís Ribeiro**, do CDS-PP, que criticou a total ausência de uma



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

BA
JK

resposta às várias recomendações apresentadas há mais de quatro meses pelo CDS-PP na Assembleia de Freguesia, o que consubstancia sonegação de informação relevante aos membros da Assembleia, postura que não promove boas relações institucionais entre os órgãos autárquicos nem dignifica o trabalho e o papel fiscalizador da Assembleia de Freguesia. Nesse sentido, e atendendo à delimitação de prazos legais para resposta, apelou a que o Executivo possa dar uma resposta célere aos requerimentos apresentados. -----

Toma a palavra **João Dias**, Vogal da Junta de Freguesia, que respondendo à eleita Ana Cortes, informou que o parque infantil na Rua Maria de Pina ainda se encontra em construção, estando prevista a sua conclusão até ao final da próxima semana, com vistoria agendada para o dia 13 de julho. Prontificou-se a remeter os contratos firmados com a EMEL para cedência de terreno, os quais não foram reencaminhados por mero lapso dos serviços. Em seguida, prestou informação detalhada acerca das diligências tomadas pela Junta de Freguesia na sequência das recomendações apresentadas pelo CDS-PP em sessão anterior da Assembleia de Freguesia, sendo que a todas estas foi dado o devido seguimento. -----

Toma a palavra **Cristina Valério**, Vogal da Junta de Freguesia, que abordando a questão sobre a Casa da Cidadania, informou que estão a ser acolhidas todas as candidaturas enquadráveis no projeto, sendo as restantes – nomeadamente as relacionadas com requisição de salas para espaços empresariais – devidamente reencaminhadas, consoante a circunstância. Até ao momento, foram rececionadas sete candidaturas consistentes, as quais preenchem os requisitos estipulados, embora careçam de uma análise mais aprofundada. Explicou que a prorrogação do prazo para apresentação das candidaturas foi articulada com as entidades parcerias, Santa Casa da Misericórdia e Universidade Católica. Acrescentou que tem sido efetuada uma ampla divulgação deste projeto junto da população, dando a conhecer os espaços disponíveis e as suas potencialidades, de modo a que a Casa da Cidadania possa estar efetivamente ao serviço dos fregueses, desde que as atividades propostas se enquadrem nas funcionalidades das instalações. -----

Toma a palavra **Luís Ribeiro**, do CDS-PP, que aludindo à informação prestada acerca da placa na Rua Vera Lagoa, segundo a qual esta teria sido limpa no dia 7 de maio, referiu que no dia 4 de junho passou por esta rua e constatou que a placa continuava num estado lastimável, situação que subsiste até hoje. -----

Toma a palavra **Francisco Encarnação**, Vogal da Junta de Freguesia, que em resposta à eleita Ana Cortes, explicou que os cinquenta e dois contratos de trabalhos mencionados estão ligados à área da educação – Componente de Apoio à Família e serviço de refeitório, competências delegadas pela Câmara Municipal de Lisboa na



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

[Handwritten signature]

Junta de Freguesia – pelo que os contratos apenas terão vigência pelo período no qual essas competências estejam delegadas. Os restantes vinte e um contratos a que a eleita fez alusão reportam-se a competências isoladas e não permanentes. -----

Toma a palavra **Luís Ribeiro**, do CDS-PP, que não obstante a informação prestada pelo Executivo, reiterou o pedido de esclarecimento sobre a ausência de resposta em tempo útil e até um prazo máximo de trinta dias aos treze requerimentos apresentados pelo CDS-PP entre fevereiro e março do corrente ano. -----

Toma a palavra **Francisco Encarnação**, Vogal da Junta de Freguesia, que começou por esclarecer que todos os pedidos de informação ao Executivo devem ser devidamente encaminhados através da Mesa da Assembleia de Freguesia. Explicou que o Executivo deu resposta a todos os requerimentos apresentados à Mesa da Assembleia a 19 de março, bem como a um pedido de informação formalizado pelo eleito **Nuno Brito**. Aos restantes requerimentos não foi dada resposta em função de não terem sido remetidos pela Mesa da Assembleia ao Executivo da Junta de Freguesia. -----

No seguimento deste ponto, tomou a palavra **Anabela Lucas**, do CDS-PP, que apresentou a listagem dos documentos submetidos pela Bancada do CDS-PP à Mesa da Assembleia de Freguesia para apreciação e discussão na presente sessão. -----

Toma a palavra **Ana Sofia Branco**, do PSD, que referiu que não obstante o inegável mérito das propostas, estas apenas foram apresentadas ao plenário às vinte e três horas, sem tempo para que as mesmas fossem adequadamente analisadas. Face ao exposto, e atendendo aos pontos ainda a discutir e deliberar da presente ordem de trabalhos, propôs que a apreciação dos documentos submetidos pelo CDS-PP seja adiada para uma próxima sessão da Assembleia de Freguesia. -----

Toma a palavra **Ana Barbosa**, do PS, que declarou não ser possível votar em consciência documentos que são entregues com tão reduzida antecedência, sem que seja concedido um tempo razoável para a sua análise. Por outro lado, chamou a atenção para os custos financeiros e ambientais associados à distribuição de inúmeras fotocópias, os quais seriam evitáveis se a documentação fosse atempadamente distribuída em formato digital. -----

Toma a palavra **Miguel Matias**, do PSD, que apontou aquilo que aparenta ser um lapso na numeração dos documentos rececionados, o que o levou a questionar se eventualmente terão sido remetidos todos os documentos. -----

Toma a palavra **Luís Ribeiro**, do CDS-PP, que explicou que existiam mais propostas e recomendações a apresentar, tendo o seu número sido restrito para não estender por demais os trabalhos da Assembleia de Freguesia, sendo que a numeração dos documentos não foi posteriormente corrigida. Clarificou que a Bancada do CDS-PP fez



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

chegar as propostas em tempo útil ao Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia. Por outro lado, absteve-se de subscrever o argumento segundo o qual o debate de determinadas matérias reveste-se de uma importância superior em detrimento de outras, indicando não ser um argumento válido para se rejeitar a admissão dos documentos remetidos pela sua Bancada. -----

O **Presidente da Mesa**, no uso da palavra, lembrou que este foi um assunto debatido em Assembleias anteriores, tendo a Mesa sensibilizado as diversas Bancadas para a necessidade de remeter os documentos pelo menos até às dezoito horas do dia em que se realiza a Assembleia de Freguesia, para dar tempo aos serviços para fotocopiá-los e distribuí-los. Neste caso em concreto, explicou que o eleito do CDS-PP remeteu os documentos ao Presidente da Mesa através do seu *e-mail* institucional – ao qual não acedeu posteriormente – e não aos serviços. De modo a evitar situações similares, declarou que este assunto deverá obrigatoriamente ser considerado e analisado em sede da revisão do Regimento da Assembleia de Freguesia, devendo ser analisada a possibilidade de se uniformizarem os períodos de antecedência com que devem ser remetidas as propostas dos eleitos e a ordem de trabalhos e documentação anexa (dois dias de antecedência). -----

Toma a palavra **Miguel Matias**, do PSD, que sublinhando a importância de algumas matérias constantes dos documentos remetidos – fazendo alusão a uma moção que aborda o Regulamento Geral para Proteção de Dados – reiterou a necessidade de estes poderem ser convenientemente analisados para poderem posteriormente ser votados em consciência. Mais propôs que até que se proceda a uma alteração efetiva ao Regimento da Assembleia, seja definido uma antecedência mínima de quarenta e oito horas para submissão de moções e propostas por parte dos membros da Assembleia. -----

Toma a palavra **Luís Ribeiro**, do CDS-PP, que acrescentou à proposta anterior uma sugestão no sentido de se alargar o prazo para divulgação dos pontos da ordem de trabalhos pelos eleitos, de modo a que estes tenham mais tempo para preparar as matérias, tornando a Assembleia mais produtiva. -----

Toma a palavra **Luís Vieira da Silva**, do PSD, que destacou a importância de se chegar a um consenso sobre os prazos para submissão de documentos para apreciação da Assembleia, até que o assunto fique claramente definido e contemplado no Regimento da Assembleia de Freguesia. Por outro lado, argumentou que embora todos os temas sejam igualmente importantes, alguns carecem de uma análise e estudo mais profundos, a fim de que os eleitos possam votar em consciência e cumprir cabalmente as funções de representação da população para as quais foram eleitos. ---

Toma a palavra **Luís Ribeiro**, do CDS-PP, que esclareceu o sentido da sua proposta



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

[Handwritten signature]

anterior, cujo único objetivo era que os eleitos pudessem ter mais tempo para preparar as diversas matérias a apreciar em Assembleia de Freguesia, mediante o alargamento da antecedência mínima para apresentação dos pontos da ordem de trabalhos. -----

Toma a palavra **Cristina Valério**, Vogal da Junta de Freguesia, que declarou que não obstante todos os assuntos suscitados serem merecedores do mesmo crédito e consideração, certo é que os fregueses se deslocam às Assembleias de Freguesia para assistir à discussão dos temas constantes da ordem de trabalhos previamente publicada e divulgada. Consequentemente, a utilização do tempo da Assembleia para discussão de um extenso número de moções e recomendações, com o devido respeito que estas merecem, poderá eventualmente diminuir o interesse da população, criando um certo distanciamento entre os eleitores e o órgão autárquico. -----

Toma a palavra **Anabela Lucas**, do CDS-PP, que afirmou que a sua Bancada cumpriu escrupulosamente o que ficou acordado em anterior sessão da Assembleia, remetendo os documentos com uma antecedência mínima de duas horas em relação ao início dos trabalhos. -----

O **Presidente da Mesa**, em resposta, indicou que embora o prazo estabelecido seja até às dezoito horas, acima de tudo deve imperar o bom senso, não sendo este um prazo razoável para analisar e ponderar o sentido de voto de um conjunto tão alargado de documentos. -----

Toma a palavra **Miguel Matias**, do PSD, que suscitando uma vez mais a questão da numeração das propostas, e tendo sido eventualmente uma falha dos serviços, conforme mencionado anteriormente, questionou por que razão tal lapso não foi detetado pelo CDS-PP, visto estar na posse da mesmíssima documentação. Reiterou que os membros da Assembleia carecerão necessariamente de mais tempo para analisar as propostas remetidas pelo CDS-PP, visto que estas serão certamente apresentadas com um objetivo que ultrapassará o mero jogo político ou o intuito de simplesmente apresentar trabalho. -----

Toma a palavra **Anabela Lucas**, do CDS-PP, que explicou que os eleitos do CDS-PP não detetaram o lapso na numeração visto possuírem os originais das propostas, devidamente numeradas. -----

Toma a palavra **Miguel Matias**, do PSD, que frisou a impossibilidade de os membros da Assembleia se pronunciarem sobre documentos que aparentemente nem sequer foram distribuídos por todos os elementos. -----

O **Presidente da Mesa**, no uso da palavra, expressou que qualquer lapso na numeração ou na ordem dos documentos remetidos deverá ser imputado aos autores, indicando esta como mais uma razão para estes documentos serem apresentados atempada e oportunamente. -----



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

Não havendo mais intervenções, o **Presidente da Mesa** colocou à consideração do plenário a retirada dos documentos remetidos pela Bancada do CDS-PP e consequente adiamento da sua discussão para uma próxima sessão da Assembleia de Freguesia, a qual foi aprovada por unanimidade. -----

Toma a palavra **Luís Ribeiro**, do CDS-PP, que apresentou uma declaração de voto, expressando ser desejo da Bancada do CDS-PP que os documentos possam ser devidamente analisados por todas as forças políticas, não deixando de enfatizar, porém, o tempo despendido na discussão deste tema. Deixou ainda uma sugestão ao Presidente da Mesa, no sentido de questionar se os Partidos têm moções ou recomendações que queiram apresentar para discussão, aquando da elaboração da ordem de trabalhos. -----

O **Presidente da Mesa**, no uso da palavra, declarou que doravante a Mesa apenas acolherá moções ou recomendações que sejam apresentadas com pelo menos dois dias úteis de antecedência, sendo a admissão de quaisquer outras propostas deliberada pelo próprio plenário. -----

3. Discussão e deliberação sobre o 1.º Aditamento ao Contrato de Comodato de Entrega de Imóveis Municipais – Rua Lúcio de Azevedo, 12-A. -----

O **Presidente da Mesa** introduziu a discussão deste ponto dando a palavra aos membros da Assembleia. -----

Toma a palavra **Luís Vieira da Silva**, do PSD, que solicitou algumas explicações adicionais ao Executivo sobre este ponto, uma vez que os membros da Assembleia só tiveram acesso à adenda ao contrato de comodato, assinada a 19 de abril de 2018, desconhecendo o teor do contrato celebrado a 23 de maio de 2014. -----

Toma a palavra **Maria da Graça Guedes**, da CDU, que referiu que o protocolo em apreço não é explícito quanto à utilidade funcional que será dada ao imóvel, mencionando apenas estar destinado ao desempenho de competências transferidas para a Junta de Freguesia no âmbito da nova organização administrativa, pelo que solicitou esclarecimentos adicionais. -----

Toma a palavra **Luís Ribeiro**, do CDS-PP, que secundando as declarações do eleito do PSD, frisou que os membros da Assembleia deverão ter acesso ao contrato originalmente firmado para terem conhecimento de eventuais alterações introduzidas e poderem pronunciar-se a respeito. Deixou algumas dúvidas nomeadamente quanto à finalidade de utilização do espaço e possibilidade de arrendamento a terceiros. -----

Em resposta às intervenções dos membros da Assembleia, toma a palavra **Francisco Encarnação**, Vogal da Junta de Freguesia, que explicou que o contrato original reportava à cedência, por parte da Câmara Municipal, das instalações onde está atualmente sedeadada a Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica. O presente



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

aditamento ao contrato de comodato tem em vista a utilização do espaço do Mercado da Inovação e de salas de formação para o IEFP. Em resposta às questões colocadas pela eleita da CDU, deixou o convite para que os membros da Assembleia possam visitar o Mercado da Inovação, para melhor poderem aferir a sua utilidade funcional e a dinâmica já observável. -----

Toma a palavra **Maria da Graça Guedes**, da CDU, que referiu poder-se concluir da resposta do Vogal que as instalações não serão utilizadas para competências transferidas. -----

Em resposta, **Francisco Encarnação**, Vogal da Junta de Freguesia, explicou que o funcionamento do Mercado da Inovação está diretamente relacionado com a área do empreendedorismo, tendo havido uma delegação de competências da Câmara Municipal de Lisboa para este tipo de programas. -----

Findas as intervenções, o **Presidente da Mesa** submeteu à votação o presente ponto, sendo o mesmo aprovado por maioria, com os votos favoráveis do PS, PSD e BE, e as abstenções do CDS-PP e CDU. -----

4. Discussão e deliberação sobre o contrato de delegação de competências do Município de Lisboa na Freguesia de São Domingos de Benfica, no âmbito do Fundo de Emergência Social de Lisboa – Agregados Familiares. -----

Toma a palavra **Ana Cortes**, do Bloco de Esquerda, que questionou se foi efetuado algum levantamento das situações de carência social e habitacional extremas na freguesia. -----

Toma a palavra **Maria da Graça Guedes**, da CDU, que perguntou quantas famílias estão sinalizadas e quantas já foram efetivamente apoiadas por este Fundo de Emergência Social. -----

Toma a palavra **Ana Sofia Branco**, do PSD, que chamou a atenção para o relatório de atividades distribuído pelos membros da Assembleia, o qual refere a certa altura que ao longo do segundo trimestre não foram atribuídos apoios financeiros através do Fundo de Emergência Social – apesar de terem sido contabilizados doze pedidos nesse sentido – pelo facto de a renovação do protocolo ainda não ter sido aprovada. Declarou estranhar tal argumento, uma vez que o protocolo foi assinado no dia 7 de maio e a Assembleia de Freguesia esteve reunida no dia 16 de maio, pelo que o assunto poderia ter sido agendado, discutido e deliberado, sem prejudicar as doze famílias que solicitaram a atribuição de um apoio financeiro e que acabaram por ver as suas necessidades negligenciadas. Salientou a importância deste apoio, até um montante máximo de mil euros (1.000€), que visa essencialmente apoiar as famílias no pagamento da renda da sua habitação, pelo que classificou como um ato de negligência por parte da Junta de Freguesia em relação aos fregueses aguardar pelo



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

dia 28 de junho para fazer aprovar a renovação deste protocolo. Em segundo lugar, não obstante o voto favorável da Bancada do PSD neste ponto deliberativo, afirmou que os parâmetros definidos para atribuição do Fundo de Emergência Social estão desatualizados e não correspondem às necessidades da população, no que diz respeito ao rendimento mensal, capitação e limite máximo de renda (250€), desadequado à realidade atual do mercado imobiliário. Neste sentido, apelou a que a Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica diligencie junto da Vereação e da Assembleia Municipal a revisão do regulamento e do protocolo do Fundo de Emergência Social, de modo a que este seja ajustado às necessidades atuais da população da cidade de Lisboa, sendo obrigação social da Junta de Freguesia proteger os cidadãos de eventuais situações de despejo, de grande impacto físico e emocional. -----

Toma a palavra, para resposta, **Francisco Encarnação**, Vogal da Junta de Freguesia, que começou por explicar que é feito, de facto, um recenseamento das situações de extrema carência social e habitacional, sendo que a informação sobre o número de famílias apoiadas é refletida nos sucessivos relatórios da informação escrita do Presidente da Junta à Assembleia de Freguesia. Mais explicou que embora o protocolo tenha sido efetivamente assinado a 7 de maio, não houve tempo para incluí-lo na ordem de trabalhos da Assembleia do dia 16 de maio, visto que só foi rececionado na Junta de Freguesia vários dias após essa data. Ressalvou, no entanto, que a Junta de Freguesia não deixou de apoiar as famílias que solicitaram um apoio financeiro, as quais foram encaminhadas para instituições de solidariedade social. Por fim, manifestou-se concordante com a necessidade de rever e atualizar os termos do protocolo, preocupação que será partilhada com a Vereação da Câmara Municipal de Lisboa. -----

Findas as intervenções, o **Presidente da Mesa** submeteu à votação o presente ponto, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. -----

5. Informação escrita do Presidente da Junta relativa ao 2.º trimestre de 2018. ---

Para discussão deste ponto, toma a palavra **Ana Cortes**, do Bloco de Esquerda, que solicitou mais informações acerca do Projeto “Radar” e sobre as atividades a desenvolver no âmbito do Plano Social do Bairro do Calhau. -----

Toma a palavra **Miguel Matias**, do PSD, que começou por parabenizar a Junta de Freguesia pela renovação da certificação de qualidade ISO 9001, deixando o desafio para que se lancem as bases para que os serviços de higiene urbana possam ser certificados com o selo de qualidade ISO 14001 (certificação de sistemas de gestão ambiental), dando a autarquia um exemplo de cidadania na prática da reciclagem. Em seguida, chamou a atenção para vários lapsos encontrados na informação escrita, que



[Handwritten signature]

por diversas vezes faz referência ao primeiro trimestre de 2018 – por exemplo, quando faz referência à atividade da Academia de São Domingos de Benfica – quando a informação se reporta ao segundo trimestre, além de conter informação redundante relativa ao ano transato, pelo que apelou a um maior cuidado na redação e apresentação destes relatórios. -----

Toma a palavra **Francisco Encarnação**, Vogal da Junta de Freguesia, que em resposta à eleita Ana Cortes, explicou que o Projeto “Radar” está relacionado com a rede social da freguesia. Comprometeu-se a remeter a todos os eleitos informação mais detalhada sobre este projeto, bem como o diagnóstico social da freguesia e o Plano Social para o Bairro do Calhau. Sobre a intervenção do eleito Miguel Matias, concordou que o relatório apresentando, em determinadas áreas, e por uma questão de transparência, pode pecar por excesso de informação. -----

Toma a palavra **Miguel Matias**, do PSD, que manifestando a sua compreensão pela intenção de produzir uma informação tão detalhada quanto possível, não deixou de assinalar que esta não vai além do mês de abril, falhando em apresentar um relatório completo sobre o segundo trimestre. -----

Toma a palavra **Cristina Parente**, Vogal da Junta de Freguesia, que realçou da informação escrita o magnífico projeto “Eu Participo”, fruto de um trabalho de equipa entre as escolas, as associações de pais e os alunos, agradecendo a participação de todos os envolvidos. -----

Toma a palavra **Francisco Encarnação**, Vogal da Junta de Freguesia, que indicou que por lapso, a informação financeira não foi anexada à informação escrita distribuída, pelo que será posteriormente remetida por correio eletrónico a todos os membros da Assembleia. -----

Toma a palavra **João Dias**, Vogal da Junta de Freguesia, que frisou o facto de a Junta de Freguesia ter implementado um sistema de fiscalização, com uma cadência quadrimestral, às paragens dos autocarros, colmatando as lacunas da Carris nessa área. Abordou ainda as diligências que serão efetuadas junto do Metropolitano de Lisboa para que as estações do Metro situadas na freguesia sejam dotadas de meios e equipamentos que visem facilitar a acessibilidade de cidadãos com mobilidade condicionada. -----

6. Apreciação e discussão do Relatório de Avaliação do Estatuto do Direito de Oposição, relativo ao exercício de 2017. -----

O **Presidente da Mesa**, no uso da palavra, fez referência ao facto de o Executivo não ter remetido o relatório de avaliação do Estatuto do Direito de Oposição, de acordo com o compromisso assumido, apesar de este ponto ter ficado agendado desde a sessão anterior da Assembleia de Freguesia. -----



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

Toma a palavra **Francisco Encarnação**, Vogal da Junta de Freguesia, que explicou que o documento ainda está de momento a ser elaborado. -----

O **Presidente da Mesa** informou que este ponto será novamente agendado para uma próxima sessão da Assembleia de Freguesia, aguardando-se que o Executivo cumpra escrupulosamente o compromisso que assumiu no que diz respeito à apresentação do relatório de avaliação do Estatuto do Direito de Oposição relativo ao exercício de 2017.

O **Presidente da Mesa** submeteu à apreciação da Assembleia a aprovação em minuta das deliberações dos Pontos n.º 3 e 4 da ordem de trabalhos, sendo aprovadas por unanimidade. -----

Tomou a palavra **Luís Ribeiro**, do CDS-PP, que informou que irá remeter à Mesa uma declaração de voto escrita relativa à área social. -----

Por fim, o **Presidente da Mesa** solicitou ao plenário que guardasse um minuto de silêncio pelo falecimento de António Loja Neves, de acordo com deliberação anterior. -

Nada mais havendo a tratar, o **Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica** deu por encerrados os trabalhos. -----

O Presidente da Mesa

O 1º Secretário

Pedro Amaral e Almeida

Luís Filipe Gomes Ferreira

A 2ª Secretária

Deldina Filomena Fontes Barroso



Bloco de Esquerda

Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica

VOTO DE PESAR

ANTÓNIO LOJA NEVES

Nascido na Madeira, António Loja Neves era jornalista do Expresso há mais de 30 anos. Além de jornalista e escritor, trabalhou também na área do cinema, em programação, realização, e em festivais ou como júri.

Em 2001, ganhou o Prémio Revelação de Poesia da Associação Portuguesa de Escritores em 2001, pelo livro "Barcos, íntimas marcas". Recentemente, publicou, com Margarida Neves Pereira, o livro "Arménia: Povo e identidade", pela Tinta-da-China.

Esteve na fundação da Federação Portuguesa de Cineclubes, da Apordoc - Associação Pelo Documentário e do Panorama - Festival do Documentário Português, foi co-organizador dos Encontros Internacionais de Cinema de Cabo Verde e comissariou mostras de filmes lusófonos em vários países. Foi diretor da revista *Cinearma*, passou pela *Cinema Português* e pelo semanário *África*. Realizou os documentários "Ínsula" (1993) e "O silêncio" (1999), o último com José Alves Pereira.

António Loja Neves foi ainda militante do Bloco de Esquerda e um dos fundadores do SOS Racismo, tendo sido uma das figuras centrais do movimento nos seus primeiros anos de vida. Como refere Mamadou Ba, dirigente do SOS Racismo: *"Apaixonado por livros, cinema e Cabo Verde, Loja Neves participou em muitas das nossas atividades ao longo dos anos. Quer nas ações de formação (Tocha), quer nos debates em escolas, quer na elaboração de material didático, quer nos ciclos de cinema, quer na Agenda anual. Não apenas a participar, mas a organizar e a incentivar-nos nos momentos mais complexos (que os houve). Aprendemos muito com o seu espírito crítico e de militância solidária."*

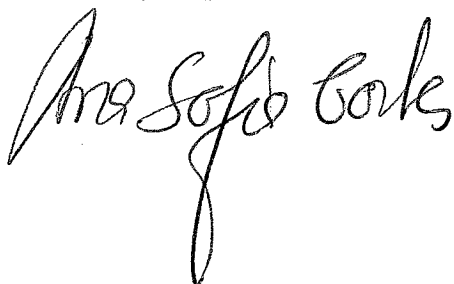
Como escreve o semanário Expresso, num artigo de Manuela Goucha Soares: *"Foi contestatário até ao fim e morreu este sábado depois de uma tarde na Feira do Livro, a autografar o recém publicado "Arménia". Era um avô que todas as segundas-feiras tomava conta do neto e um homem de paixões, causas e empenhamentos, que queria ter música cabo-verdiana no último adeus"*.

A Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica, reunida em 28 de Junho de 2018, delibera, ao abrigo do disposto no artigo 9º, n.º2, alíneas i), j) e k) da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro:

1. Prestar a sua homenagem à memória de António Loja Neves, expressando o seu pesar à família e fazendo um minuto de silêncio em sua homenagem;

Lisboa, 28 de Junho de 2018

Pelo/a representante do Bloco de Esquerda,



Aprovado por maioria.



Bloco de Esquerda

Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica

VOTO DE PESAR

PELAS VÍTIMAS DO MASSACRE NA FAIXA DE GAZA, DO DIA 14 DE MAIO

O passado dia 14 de maio foi o dia mais mortífero do conflito israelo-palestiniano desde a guerra de 2014 em Gaza. A brutalidade das ações do exército israelita – utilizando balas reais, do gás lacrimogéneo e dos meios aéreos – resultou na morte de 60 palestinianos desarmados, entre eles adolescentes e bebés e mais de 3000 feridos.

A violação do direito internacional e o uso desproporcionado da força têm sido práticas constantes do *modus operandi* de Israel, tanto que nenhum israelita saiu ferido dos protestos que, só no último mês, já levaram à morte de mais de uma centena de protestantes palestinianos. Estes factos demonstram como o argumento israelita da autodefesa não tem qualquer cabimento.

O elemento que espoletou a escalada de violência foi a decisão provocatória dos Estados Unidos da América mudarem a sua embaixada para Jerusalém. A mesma postura que adotou a sua Embaixadora na ONU, Nikki Haley, que veio afirmar que “Israel mostrou contenção em Gaza” ao mesmo tempo que bloqueava um pedido de investigação à violência no Conselho de Segurança.

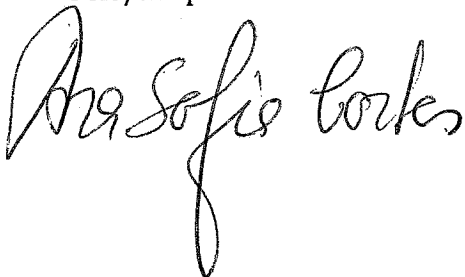
As mortes do passado dia 14 de maio, absolutamente inaceitáveis, pedem uma intervenção veemente e inconformada desta Assembleia, para não contribuir para a já habitual complacência que ocorre a nível internacional.

A Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica, reunida em 28 de Junho de 2018, delibera, ao abrigo do disposto no artigo 9º, n.º2, alíneas i), j) e k) da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro:

1. Expressar o seu profundo pesar pelas vítimas palestinianas do massacre na Faixa de Gaza do dia 14 de maio;
2. Saúdar a decisão do Governo de Portugal em não se fazer representar no ato provocatório da inauguração da embaixada dos Estados Unidos da América (EUA) em Jerusalém;
3. Condenar o desrespeito de Israel e dos Estados Unidos da América pelas resoluções da Organização das Nações Unidas.

Lisboa, 28 de Junho de 2018

Pelo/a representante do Bloco de Esquerda



fejeitado.



Bloco de Esquerda

Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica

VOTO DE SAUDAÇÃO

QUEM DEFENDE O SNS DEVE APOIAR A GREVE DOS MÉDICOS

A 8, 9 e 10 de maio de 2018 milhares de médicos levaram a cabo uma jornada de greve pela defesa da qualidade do serviço público de saúde e pela dignificação da profissão.

O Serviço Nacional de Saúde é, ainda, um dos setores mais afetados por demasiados anos de desinvestimento. Durante o governo de PSD/CDS o SNS foi votado ao abandono já que a prioridade foi desinvestir para dar lugar a PPP's e aos privados.

Ao mesmo tempo, cortaram-se salários, congelaram-se carreiras (não só de médicos, mas de todos os profissionais de saúde), não se apostou em melhorias urgentes do ponto de vista de equipamentos, e deu-se prioridade à contratação temporária para responder às necessidades.

As reivindicações desta greve pautaram-se pela melhoria das condições de trabalho dos médicos: redução do trabalho suplementar de 200 para 150 horas anuais, diminuição progressiva até 12 horas de trabalho em urgência, diminuição gradual das listas de utentes dos médicos de família até 1500 utentes, revisão das carreiras médicas e respetivas grelhas salariais, descongelamento da progressão da carreira médica e criação de um estatuto profissional de desgaste rápido e de risco e penosidade acrescidos, com a diminuição da idade da reforma.

Ao fim de 3 dias, a adesão à greve foi das maiores registadas, no seguimento de negociações falhadas com o Ministério da Saúde, que inexplicavelmente continua a não dar resposta a nenhuma das reivindicações dos médicos e médicas.

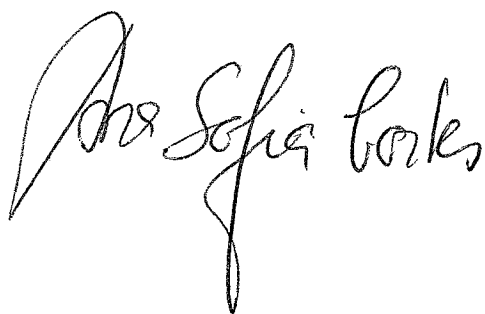
Defender o SNS é defender todo o conjunto, e por isso defender a greve dos profissionais de saúde é defender a qualidade do SNS, pois sem profissionais com condições dignas de trabalho também os utentes sofrem.

A Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica, reunida em 28 de Junho de 2018, delibera, ao abrigo do disposto no artigo 9º, n.º2, alíneas i), j) e k) da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro:

1. Saudar a greve de 3 dias dos médicos pela melhoria de condições de trabalho e negociação com o Ministério da Saúde, bem como as lutas de vários profissionais da saúde a decorrer no mês de maio.
2. Remeter o presente voto ao Presidente da Assembleia da República, ao Primeiro-Ministro, ao Ministro da Saúde, à FNAM (Federação Nacional de Médicos) e SIM (Sindicato Independente dos Médicos).

Lisboa, 28 de Junho de 2018

Pelo/a representante do Bloco de Esquerda



Rejeitado.



Bloco de Esquerda

Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica

VOTO DE SAUDAÇÃO

DIA INTERNACIONAL CONTRA A HOMOFOBIA E TRANSFOBIA

O dia 17 de maio sinaliza, em todo o mundo, a luta pelos Direitos Humanos, contra a violência, o preconceito, a homofobia e transfobia, desde que em 1990, a Organização Mundial da Saúde retirou a homossexualidade da Classificação Internacional de Doenças.

O Dia Internacional contra a Homofobia e Transfobia representa uma missão de todos os Estados de Direito e, portanto, também de Portugal, que consagra no artigo 13.º, nº 2 da Constituição da República Portuguesa, sob a epígrafe “Princípio da Igualdade”, a proibição de discriminações com base na orientação sexual;

A Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia (FRA, sigla em inglês) reconhece avanços legislativos e esforços globais na União Europeia na resposta à discriminação em contexto de trabalho, mas sublinha que persistem dificuldades no acesso a serviços, habitação, protecção social e educação.

A plena e equitativa participação social de todas as pessoas, sem discriminação, é condição prévia para uma sociedade inclusiva e coesa, por forma a garantir verdadeiramente o bem-estar e a prosperidade a todos/as, que dela são parte integrante.

Em Portugal, apesar da punição da homossexualidade ter sido retirada do Código Penal em 1982, só 22 anos depois, em 2004, a não discriminação em razão da orientação sexual é consagrada no artigo 13º da Constituição da República e em 2007 o Código Penal passa a punir a promoção de ódio e a agravar a agressão física e o homicídio motivados por homofobia. Em 2010 Portugal torna-se o sexto país do

mundo a legalizar o casamento entre pessoas do mesmo sexo. A lei da identidade de género é aprovada em 2011 permitindo, no registo civil e no acesso a procedimentos cirúrgicos, a transição das pessoas trans e o direito de adoção plena a casais do mesmo sexo só é aprovado em 2016.

A remoção da discriminação legal das pessoas LGBTI+ está em marcha mas ainda incompleta.

Importa agora garantir, às pessoas trans, o direito à autodeterminação de género, direito automaticamente e naturalmente reconhecido a qualquer outra pessoa.

A mudança legislativa é uma das armas para a transformação social, mas a homofobia, a bifobia e a transfobia não se apagam por atos legislativos. A discriminação persiste nas instituições, na rua, na vida concreta. Importa, pois, reforçar a prevenção e o combate à discriminação, ao preconceito e à violência.

Lisboa acolheu nos dias 14 e 15 de Maio o Fórum IDAHOT (evento anual associado ao Dia Internacional Contra a Homofobia, Transfobia e Bifobia) e a 20ª Mesa Redonda da Rede Europeia de Pontos Governamentais para as questões LGBTI.

O Fórum reuniu membros de governo responsáveis pelas questões LGBTI, académicos, activistas, e representação de organizações europeias e internacionais. Tratou-se da primeira realização do Fórum num país do Sul da União Europeia (UE);

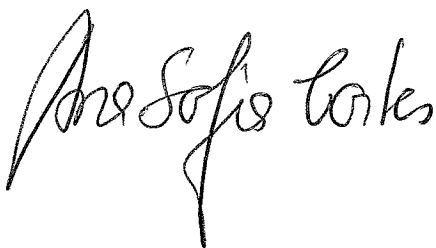
A Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica, reunida em 28 de Junho de 2018, delibera, ao abrigo do disposto no artigo 9º, n.º2, alíneas i), j) e k) da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro:

1. Saudar o Dia Internacional e Nacional Contra a Homofobia, Transfobia e Bifobia;
2. Saudar o hastear da bandeira arco-íris nos Paços do Concelho e na sede da Junta de Freguesia da Misericórdia, em Lisboa;
3. Saudar todas as lutas de pessoas e organizações que se empenham no compromisso pela igualdade e contra a homofobia, transfobia e bifobia;

4. Valorizar os progressos na despatologização e desmedicalização das questões relacionadas com a orientação sexual, identidade de género e características sexuais;
5. Saudar a iniciativa Fórum IDAHOT (evento anual associado ao Dia Internacional Contra a Homofobia, Transfobia e Bifobia) e a 20ª Mesa Redonda da Rede Europeia de Pontos Governamentais para as questões LGBTI, que aconteceu em Lisboa nos passados dias 14 e 15 de Maio;
6. Reforçar o trabalho de continuidade já promovido pelos diferentes pelouros e departamentos do município e pelos seus/suas parceiros/as, no âmbito da promoção da igualdade e no combate à violência e discriminação.

Lisboa, 28 de Junho de 2018

Pelo/a representante do Bloco de Esquerda,



Aprovado por maioria.



Bloco de Esquerda

Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica

MOÇÃO

Pela atribuição de médicos de família aos utentes do Serviço Nacional de Saúde

Considerando que:

- a) Foram divulgados, no dia 10 de maio de 2018, os dados relativos à resposta a uma pergunta, formulada pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, ao Ministério da Saúde. Este Grupo Parlamentar procurou esclarecer, para todos os Agrupamentos de Centros de Saúde do país:
 - i. Quantas crianças recém-nascidas, desde 1 de janeiro de 2018, não têm médico de família atribuído neste ACeS?;
 - ii. Quantas crianças idade pediátrica não têm médico de família atribuído neste ACeS?;
 - iii. Qual o número de médicos de família necessário para garantir a cobertura total de toda a população abrangida por este ACeS? Quantos faltam para atingir esse número?;
 - iv. O Governo tem conhecimento de problemas na comunicação prevista no 'Notícia Nascimento'? Quantos recém-nascidos foram reportados através deste canal, mas ainda assim ficaram sem médico de família atribuído neste ACeS?;
- b) As respostas revelam que, no total, em todo o país, mais de 136 mil crianças e jovens se encontram sem médico de família atribuído;

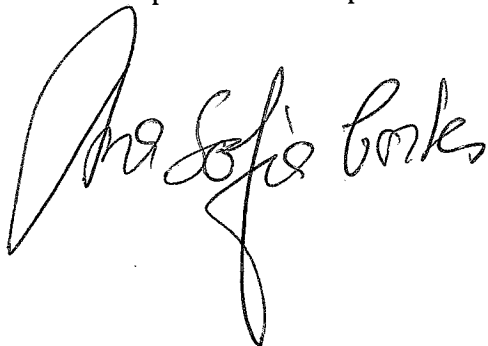
- i. A situação mais grave situa-se na região de Lisboa e Vale do Tejo onde, de acordo com os dados apresentados, se encontram 548 bebés e 72.325 crianças em idade pediátrica, sem médico de família;
 - ii. No total, para esta região, existem 533 mil utentes nesta situação;
- c) À pergunta sobre o número de médicos de família necessários para garantir a cobertura total da população (referida no ponto iii) da alínea a)), a soma de todas as respostas aponta para uma necessidade de 403 médicos de família.
 - i. Só na cidade de Lisboa o número de médicos necessários para garantir esta cobertura é de 36 médicos;
- d) Recorde-se que, no corrente ano foi aberto um concurso (Despacho n.º 1875/2018, de 21 de fevereiro) para contratação de 110 especialistas de Medicina Geral e Familiar. No entanto, este concurso prevê a colocação de apenas 10 médicos em Lisboa, distribuídos da seguinte forma:
 - i. Agrupamento de Centros de Saúde Lisboa Central - 3
 - ii. Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados Lapa - 1
 - iii. Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados Penha de França - 1
 - iv. Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados Olivais - 1
 - v. Agrupamento de Centros de Saúde Lisboa Norte - 1
 - vi. Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados Lumiar - 1
 - vii. Agrupamento de Centros de Saúde Lisboa Ocidental e Oeiras - 1
 - viii. Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados Paço de Arcos - 1
- e) Esta situação é grave e indica que o Governo não está a cumprir os objectivos definidos na lei aprovada em 2016, que prevê que todos os recém-nascidos passem a ter médico de família atribuído, de forma automática, na instituição onde nasçam.

A Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica, reunida em 28 de Junho de 2018, delibera, ao abrigo do disposto no artigo 9º, n.º2, alíneas i), j) e k) da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro:

1. Instar o Ministério da Saúde no sentido de abrir concursos para colocação de médicos, que terminaram a especialidade, nos centros de saúde;
2. Remeter a presente Moção a Suas Excelências o Presidente da Assembleia da República, o Primeiro-Ministro, ao Ministro da Saúde, assim como a todos os Grupos Parlamentares na Assembleia da República.

Lisboa, 28 de Junho de 2018

As Deputadas e os Deputados Municipais eleitos pelo Bloco de Esquerda,

A handwritten signature in black ink, reading "Ana Sofia Borges". The signature is fluid and cursive, with the first name "Ana" and last name "Borges" clearly legible.

Aprovado por maioria.